



Tradução

STADLER, T. D.

## PROBLEMAS Y POSIBILIDADES DE LA AUTONOMÍA Y AUTOGESTIÓN PROBLEMAS E POSSIBILIDADES DA AUTONOMIA E AUTOGESTÃO

Carlos Sandoval Ambiado<sup>1</sup>  
Santiago, Chile

Tradução de:  
Thiago David Stadler<sup>2</sup>  
União da Vitória, Brasil

**Resumo:** A tradução que temos a honra de apresentar ao público de língua portuguesa integra uma das conferências de Prof. Dr. Carlos Sandoval Ambiado exposta no *I Simpósio Internacional sobre o pensamento latino-americano* na Universidade Estadual do Paraná *campus* de União da Vitória, realizado entre os dias 04 a 06 de novembro de 2019. O historiador chileno fez um percurso sobre algumas das experiências vivenciadas na construção do Colégio Paulo Freire. A conferência centrou-se nos debates acerca da autonomia, da autogestão e do desenvolvimento de princípios capazes de direcionar e legitimar a participação popular na elaboração de um espaço composto por trabalhadores da educação.

**Palavras-chave:** Autonomia. Autogestão. Educação.

**Abstract:** The translation we have the honour to present to the Portuguese speaking readers is part of one of the conferences made by Prof. Dr. Carlos Sandoval Ambiado at the *I Simpósio Internacional sobre o pensamento latino-americano* at State University of Paraná *campus* União da Vitória that was held from November 4<sup>th</sup> to 6<sup>th</sup>, 2019. The Chilean historian made an outlook about some of the experiences lived in the creation of Paulo Freire School. The conference focused on the debates about

---

<sup>1</sup> Cofundador da Fundación Educador Paulo Freire. Membro da Corporación Iniciativa 18 de Octubre. Realizou os seus estudos superiores na Universidad Técnica del Estado e na Universidad de Concepción. Foi preso pela Ditadura Militar chilena no ano de 1975, tendo que sair com destino a República Federal da Alemanha, onde terminou os estudos na Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg. Mestre em Educação pela Universidad Diego Portales e Doutor em Processos Sociais e Políticos com menção em História pela Universidad de Arte y Ciencias Sociales, Chile. Foi professor das universidades: Universidad Los Lagos *campus* Santiago, Universidad del Mar, Universidad de Viña del Mar, Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación.

Contato: carlossandovalambiado@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História. Professor Adjunto do Colegiado de Filosofia da Universidade Estadual do Paraná. Professor Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Pesquisador do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED/UFPR).

Contato: thiago.stadler@ies.unespar.edu.br



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



autonomy, self-management and the development of principles capable of direct and legitimize the popular participation into the establishment of a space made by education workers.

**Keywords:** Autonomy. Self-management. Education.

*Companheiros e companheiras de sonhos e fazeres,*

Antes de mais nada, desejo agradecer este convite. Esta noite, compartilharei algumas experiências e reflexões. Trata-se, sem dúvida, de mais uma forma para estreitar os laços entre os povos permitindo o vislumbre de um horizonte mais próspero, mais fraterno e justo. Venho do Chile, um país que foi considerado por muito tempo como o exemplo virtuoso do modelo Neo-Manchesteriano. No entanto, neste exato momento, somos notícia mundo à fora pela grande avalanche social que ameaça o atual modelo e também aqueles que lucram com ele. Embora possa ser uma avaliação muito inicial a que farei, penso que testemunhamos uma expressão maciça de autonomia social e política. Digo social porque as ruas foram preenchidas com o seu povo; e, digo que é política porque milhares de cidadãos constroem propostas para as profundas mudanças estruturais. De tal modo que a síntese das múltiplas aspirações é resumida em uma só frase: *Assembleia Constituinte*. Não com qualquer matriz constituinte. Busca-se uma matriz que realmente dê conta do imaginário coletivo do Chile. Aspira-se a um Estado social deliberativo formado por Conselhos e Assembleias de bairros. Isto é, o exercício pleno da soberania. Tudo isto, deve-se frisar, sem esquecer as demandas imediatas que os chilenos e chilenas vêm levantando há décadas.

Dando prosseguimento para o motivo original de minha conferência, quero recordar o nome de alguns homens e mulheres brasileiras que, por diferentes razões e formas, chegaram ao Chile para cooperar com as questões dos oprimidos de meu país. O primeiro deles foi o educador, cristão e revolucionário Paulo Freire, que nos anos 1960 levou para a minha terra as ferramentas e a metodologia para acender a luz da libertação através da educação. Depois, encontramos três intelectuais que, com seus saberes e reflexões, acrescentaram perspectivas diferentes ao pensamento dos revolucionários chilenos. Refiro-me à Vânia Bambilra,



Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini que, por sua militância no Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), ficou conhecido como Luís Cerda. A esses intelectuais acrescento o nome de um militante revolucionário que morreu lutando nas ruas de Santiago diante dos grupos direitistas e sediciosos. Refiro-me a Milton da Silva, poeta e estudante, que num dia frio e chuvoso do inverno de 1973, deu a vida em defesa da democracia e da liberdade de meu país. Por último, compartilho o nome de Jane Vanini que, sob o codinome de Gabriela, também ofereceu a sua vida nos primeiros dias de dezembro de 1974, resistindo à ditadura de Pinochet em seu refúgio clandestino no povoado Lorenzo Arenas de Concepción. A todos e todas, agradeço. Obrigado por sua entrega ao povo chileno.

Agora, uma vez que paguei parte de minha dívida com os brasileiros e brasileiras, passo ao tema propriamente dito. Embora menos emotivo do que antes, o tema não deixa de ser emocionante no atual contexto histórico livre de ‘cortinas de ferro’, ‘bipolaridades’, ‘verdades absolutas’ e ‘guerras frias’. Esse cenário deu lugar a uma nova configuração mundial com ao menos duas ou três características. A primeira delas é o progresso inquestionável do capital financeiro mundial, esmagando indolentemente a incipiente industrialização local. Esse fato teve um impacto social, ambiental e político significativo. Socialmente, deu origem a índices de desemprego muito difíceis de controlar ou diminuir - fato inerente ao tratamento dos índices macroeconômicos. E, se a massa trabalhadora contratada diminui, suas organizações ficam debilitadas e, por reflexo, causam danos aos partidos populares, que encontram sua espinha dorsal na classe trabalhadora industrial. Quanto ao impacto na natureza, a deterioração ambiental se mostra nas economias extrativistas, papel relegado quase exclusivamente aos países periféricos. Assim, o empresariado financeiro, as organizações econômicas internacionais, os economistas nativos e os líderes políticos locais compactuam para exigir, explicar e justificar que a atividade primária é a única válida para as nossas economias, pois as vantagens comparativas são proveitosas. O que esta situação implica? Bem, as evidências estão postas. Avanço da desertificação, ruptura da camada de ozônio, degelo das geleiras, contaminação urbana, desaparecimento induzido de diversas espécies etc. O cômputo é fatal. De igual modo acontece no âmbito político. Mas, aqui, a responsabilidade não é apenas do capitalismo financeiro mundial. Também devem assumir a sua responsabilidade histórica os construtores da sociedade que prometeram se afastar do



capitalismo, o que não ocorreu. Pelo contrário; o colapso dessas sociedades burocratizadas e despolitizadas abriu as portas para o capitalismo mais desenfreado e selvagem. Pior ainda, é o tipo de sociedade que mantém uma combinação grotesca de burocracia estatal com um mercado liberal.

Ainda que pareça paradoxal, levando em consideração o que descrevi brevemente, garanto que temos a vantagem de retomar o desafio de construir horizontes sociais com igualdade, harmonia, progresso e sustentabilidade. Afirmando isto porque com o atual cenário, aqueles que deram 'fim à história' ou se 'atualizaram ideologicamente' assistem desfilando diante de seus próprios olhos o fracasso de suas profecias banais. Como não seria um revés para eles, se testemunhassem corriqueiramente as recorrentes crises financeiras, a ruptura de blocos econômicos continentais, a vigília de protecionistas messiânicos, as remanescentes guerras religiosas, o desprestígio mais ou menos generalizado da classe política? E, além disso, também testemunham aquilo que há de extraordinariamente positivo: a reintegração de movimentos sociais e indígenas que conseguiram deter os grupos sociais mais favorecidos e, além disso, instalaram novos paradigmas e resistências; todos eles construídos a partir do plano social. São dezenas de evidências. Essa situação nos coloca diante de um desafio provocante: criar novas propostas. Trata-se, no entanto, de uma criação que não rompa *com* e nem renegue o passado recente. Pelo contrário, que o tome como referência para reter o que é bom e incrementá-lo, sem esquecer daquilo que é criticável e, portanto, sem a necessidade de repeti-lo.

Agora, para ir entrando no tema que busco compartilhar com vocês, quero ressaltar que esta exposição tem pouca teoria e muito empirismo. Da mesma forma, o que pretendo explicar é o resultado de uma experiência muito delimitada e forçada pela realidade chilena. O que não se mostra como um problema para quem busca alcançar um modesto aprendizado. Digo que é uma experiência muito delimitada porque se restringe ao âmbito da educação; e ponto que foi forçada pelos fazeres chilenos porque nasceu das múltiplas lutas para recuperar o sentido único que a Educação deve ter: ser *um direito social* e não um bem de consumo, como o nosso atual Presidente, Sebastián Piñera, a qualificou. Além disso, reconheço que é uma experiência limitada por se tratar de um relato que parte da minha visão das coisas.



Seguramente outros olhos, a partir da mesma experiência, teriam uma visão distinta do fenômeno autonomista a que me refiro nesta ocasião.

Disse anteriormente que a realidade atual, com o relativo fracasso do paradigma neoliberal e a ausência do socialismo conhecido, oferece ou nos dá um terreno social tremendamente fértil para cultivar e colher novos projetos de mudanças sociais, políticas e econômicas. Esta é a nossa primeira vantagem. Posto isto, notamos que os desafios são monumentais, tal como foram para os pensadores e estudiosos dos séculos XVIII e XIX, que a partir de suas próprias reflexões orientaram vários construtos sociais, políticos e culturais. E aqui está a nossa segunda vantagem: podemos tirar do passado certos ensinamentos sobre os acertos e equívocos e, com estas baterias cognitivas, tentar construir um suporte teórico e prático que contribua para um futuro social melhor.

Feita esta introdução, passo a falar sobre autonomia e autogestão; suas possibilidades e problemas. Como já mencionei, devo iniciar o tema dizendo que tais noções possuem um fundamento: minha experiência autonomista e autogestionada ao juntar-me à criação, instalação e desenvolvimento do Colégio Paulo Freire e que, atualmente, é regido pela Fundação Educador Paulo Freire. Portanto, minhas palavras [repito] não são exclusivamente de aprendizagens teóricas; mas antes uma síntese entre o empírico e o reflexivo. Da mesma forma, devo salientar que a minha decisão de ingressar em uma iniciativa autônoma e autogestionada teve duas motivações: ser profundamente anticapitalista e, obviamente, caminhar por um novo caminho na construção política dos despossuídos. A partir desta relação dialética, surge uma questão que me persegue sem descanso: a autonomia, o autonomismo é um *teto* ou apenas um *piso*? Isto é, trata-se de um fim a ser alcançado ou um ponto a partir do qual se começa? Acho muito difícil dar uma resposta hoje. Portanto, a esse respeito, compartilharei apenas algumas reflexões iniciais.

Poderia dizer que a experiência de autonomia social para o caso daqueles que, como eu, vendemos nossa força de trabalho em educação, é um processo composto por contradições, atrasos, retrocessos, avanços e múltiplas fases de construção. Aprendi que essa construção tem várias fases que vão do individual ao coletivo e do local para o nacional - ou ideário de sociedade. Tudo isso sem perder a perspectiva de que se trata de uma possibilidade e não de uma lei ou regra que a humanidade deve cumprir ou que está destinada a consumir.



Na minha experiência, observei que aquele trânsito, entre o individual e o coletivo, faz tencionar as concepções próprias do indivíduo com as concepções do coletivo. Este é um fato natural ou consubstancial a qualquer associação de pessoas: a *diversidade*. A experiência histórica nos ensina que as sociedades, com ou sem poder central, sempre mostraram multiplicidades e matizes. Da mesma forma, os conhecimentos históricos nos instruem que as tentativas de impor ordens aos seres humanos terminaram como um êxito transitório e em um fracasso definitivo. Galileu nos guia com sua frase: *Eppur si muove*<sup>3</sup> e, portanto, saliento que não podemos e nem devemos pensar daquela maneira engessada, fixa, determinada e imóvel. É fato que na criação e gestão do Colégio houve várias contradições poderosas, mas essas discordâncias foram resolvidas. Resolveram-se com o mais intenso dos debates. Este foi um dos primeiros ensinamentos daquele vivo conflito: ninguém se esquivou das discussões. Pelo contrário, cada integrante da Assembleia exerceu e exerce sua soberania com a maior plenitude possível e necessária. Devo dizer que vários temas foram discutidos por nós. Alguns de grande complexidade e outros muito simples. No entanto todos foram tratados com a mesma seriedade e as controvérsias terminavam somente quando a realidade prevalecia.

Esse fato foi e deve ser um bom ensinamento político. Penso que somente considerando o contexto, avaliando e o assimilando-o pode-se avançar. Este foi um aprendizado e tanto: percebemos que não se pode confundir a realidade com os nossos desejos. Sem perder o idealismo necessário e tampouco cair em um pragmatismo gélido conseguimos concordar e avançar na consecução de nossos objetivos. Mas deixem-me descrever sucintamente alguns aspectos dessas controvérsias. Sabíamos que qualquer iniciativa, seja educacional, cultural, científica ou artística, em qualquer circunstância, deve contar com algum tipo de financiamento. Isso foi um assunto árduo e, ainda mais difícil, por se tratar de tal tema dentro do marco de um modelo capitalista neoliberal. No meu país, lugar em que o modelo neoliberal se assenhora, todas as atividades de cunho social não têm apoio ou gozam de pouquíssimo suporte do Estado. O caráter da subsidiariedade e não da solidariedade é o que rege todas as atividades humanas. Por sua vez, as empresas privadas acolhem certas iniciativas de criação se, e somente se, lhes significarem um aumento de lucro.

---

<sup>3</sup> No entanto se move. [Nota do tradutor]



Já o Estado, quando apoia, o faz com restrições e tamanhas condições que tornam inatingíveis os recursos financeiros que, além de tudo, possuem suas origens em nossos próprios impostos. Esse fato tem um efeito ainda mais perverso: força a competição entre artistas, cientistas, cientistas sociais exigindo a todos um *produto rentável*. É a lógica rentista neoliberal que permeia todos os nossos esforços.

É nesse contexto que a educação para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras é parcialmente financiada pelo Estado, mas ainda de modo insuficiente. Isto é perceptível pelos constantes questionamentos da qualidade educacional em quase todos os níveis em nosso país. Basta passar por algumas qualificações internacionais para perceber essa realidade. Mas o nosso debate na fundação do Colégio Paulo Freire não esteve orientado apenas ao aspecto de como acessar *tecnicamente* os recursos monetários. Pelo contrário, o debate foi abordado a partir de um viés *ideológico*. Ninguém pode negar que no momento de abordar qualquer problema social isso é feito ideologicamente e que tais discussões se tornam intermináveis, agudas e muitas vezes circulares. A nossa experiência não escapou dessa característica. Vários companheiros evocaram a ideia de '*nada advindo Estado, tudo contra o Estado*' ou '*nunca dentro do Estado, mas sempre em suas costas e paralelo a ele*'. Tais ideias foram utilizadas como a quintessência do autonomismo. Argumentou-se que os empobrecidos deveriam se auto abastecer de recursos materiais e financeiros por meio de atividades autogestionadas. Que teríamos que recorrer à comunidade e mostrar-lhes nossos trabalhos e engajá-los. De tal modo que as nossas ações teriam fundamentalmente dois objetivos: viabilizar recursos financeiros ao mesmo tempo em que se construía um caminho de autoeducação política e de força social própria. O último objetivo foi o mais atraente para nós, pois desde o início nos declaramos contra o regime político e econômico de nosso país. Isto é, não apenas antiliberais, mas anticapitalistas. Ainda no tocante aos recursos monetários, argumentou-se que ao aceitar o financiamento do Estado nos subordinaríamos aos interesses ideológicos capitalistas, porque nos obrigava a aceitar os conteúdos dos Planos e Programas Educacionais oficiais e isso era [é] um reforço a heteronomia. Entendíamos que esta situação não era outra coisa que a negação da própria autonomia e, por conseguinte, a privação de *nossa razão de ser*. Nesse sentido, devo lembrar que a educação no Chile, como em vários outros países, tem um selo patriarcal, sexista e pró-sistêmico que, a todo momento, seu objetivo é o da uniformidade.





Esse fato se agrava ainda mais ao tratar a educação como um bem de mercado e não um direito social.

Diante dos companheiros e companheiras havia quem pensasse que nenhum caminho deveria ser excluído. O ditado romano *todos os caminhos levam a Roma*, fazia muito sentido. Replicava-se que todas as ferramentas fortalecem a autonomia, basta escolhê-las de acordo com as circunstâncias. Pensava-se na velha arte de fazer política para acumular forças. Contestou-se que toda atividade com a comunidade deveria orientar-se para a autoeducação política e que assim a força social própria seria construída. Assim, desde a reunião com pais, tutores ou responsáveis até às marchas nas ruas, passando por festas e apresentações teatrais, deveriam ser orientadas à educação política. A sustentação dessa ação era estimular a maior participação. Segundo esta postura, todas aquelas atividades eram o momento propício para que o autonomista se *diluisse* no grupo social, permeando-o com as ideias de libertação e soberania. Como vocês podem observar, naquela atmosfera deliberativa, o pensamento gramsciano sobrevoava em nossas cabeças. Provavelmente, e digo como uma reflexão pessoal, o fato do militante autonomista estar diluído na comunidade é uma das condições para superar todos os tipos de vanguarda, a qual entendo como outro caldeirão de uma nova elite hegemônica.

Dito isso, reforço a percepção de que os afazeres comunitários iam além dos limites financeiros. Visto dessa maneira, nossas opções imprimiam um novo modo de militância revolucionária. No entanto, é verdade, houve mais argumentos políticos referentes ao modo de financiamento do Colégio. Foi explicado que, se os empobrecidos financiavam as necessidades do Colégio, isto seria uma espécie de confisco injusto, imoral e inadequado do pouco que os trabalhadores e trabalhadoras tem em nosso país. Ainda mais quando se trata de um setor sócio territorial absolutamente segregado, empobrecido ou precário. O fato dos empobrecidos recorrerem aos próprios empobrecidos para financiar o Colégio era inimaginável. Se assim fosse, então, chegaríamos a uma nova situação: o que nos diferenciava dos empresários da educação? Quanto a buscar suporte no financiamento estatal, dizia-se que receber o dinheiro do Estado nada mais era do que a recuperação ou o ressarcimento da exploração diária feita aos empobrecidos. Apenas pensando nos impostos sobre a alimentação, água, moradia ou eletricidade e, sem mencionar os insuportáveis impostos sobre





a cultura, bem como sobre a arte e a pesquisa, era claramente justo recuperar-se dessa pilhagem.

No que diz respeito aos Planos e Programas Educacionais de essência hegemônica, sugeriu-se que a *episteme* idealizada pelos técnicos do Estado fosse entendida como um ‘piso’, como algo interpretável; e, a partir de um ponto metodológico, tremendamente expansível. Portanto propôs-se projetar atividades didáticas que implicavam autonomia e autogestão, centradas nos alunos. Os símbolos de aprendizagem, os métodos implementados e, obviamente, os conteúdos obedeceram [e obedecem] à nossa cosmovisão. Por exemplo, quando se tratava do chamado ‘encontro de dois mundos’, a leitura que propusemos era a de ‘uma invasão que interrompeu o desenvolvimento de nossa civilização’. Assim, ficamos convencidos de que seria mais fácil para os jovens entender o fenômeno do imperialismo. Os juízos se fariam mais aptos porque encontrariam em suas raízes o significado do que é o imperialismo. Dito de outro modo: sem dar as costas ao Estado e tampouco marchando em paralelo a ele, sugeriu-se que o caminho era *contra* o Estado. Foi avaliado que, com as atividades didáticas, com a necessária interpretação e ampliação dos conteúdos, era possível não se subordinar aos interesses do modelo vigente. Em suma, assegurou-se que a partir desse conjunto de posturas, nada poderia manipular qualquer professor e professora, de qualquer latitude, a ponto de transformá-los em seres autômatos.

Os senhores e senhoras darão conta que a controvérsia não foi pequena e não deixou de ser irritante. Às vezes, é verdade, o projeto se viu em perigo. Mas a sensatez acabou se instalando e foi decidido seguir os dois caminhos que, a princípio, se mostravam excludentes: executaríamos atividades autogestionadas e também recorreríamos ao financiamento estatal. A memória da luta antiditatorial nos disse que ‘*tudo ajuda*’. Como dito noutra ocasião, a realidade prevaleceu. Os recursos provenientes das atividades comunitárias não eram suficientes. Já os recursos fornecidos pelo Estado eram melhores e mais seguros devido à sua permanência ao longo do tempo. Hoje, a Escola Paulo Freire é subsidiada pelo Estado e mantém sua autonomia pedagógica e, por que não dizer, mantém um grau incipiente de autonomia nos regulamentos contratuais e na convivência social. Devo frisar, a propósito, que não estou falando do embrião de um novo tipo de Estado. Poderíamos imaginar, talvez, que



estivéssemos dando alguns passos na criação de uma nova infraestrutura que pudesse influenciar uma superestrutura distante.

Até aqui falei da controvérsia interna, mas não disse como o impasse foi resolvido. Somente mencionei que os dois caminhos foram escolhidos. Como isso foi alcançado? Simplesmente buscando o *consenso*. Confiamos absolutamente que nesse conceito reside a ciência de como levantar a nova sociedade. Fomos imaginando uma nova maneira de criar um ‘pacto social’. Já não se tratava, para nós, de atribuir direitos; mas de construir acordos baseados nesses direitos e evitar a ‘delegação’ de poder, a ‘representação’ política ou a instalação da figura do *primus inter pares*<sup>4</sup>. Valorizamos que o poder diluído na comunidade diminui sua centralidade e, portanto, a ocorrência do autoritarismo. Avaliamos que era desnecessário a existência de um poder altamente concentrado para impor a ‘paz social’ e a ‘ordem’. Não consideramos que a centralidade e a concentração do poder eram inevitáveis para evitar – tal como Hobbes afirmou – que o homem fosse o lobo do próprio homem.

A propósito, devo insistir, não basta criar consensos. É imprescindível garantir que eles sejam respeitados. A pergunta é simples: como fizemos para que os consensos fossem respeitados? Um enredo complexo de ferramentas e princípios teve que ser construído. O primeiro e principal foi [e ainda é] a *Assembleia de trabalhadores da Educação*. Nela reside o verdadeiro e único poder. Definiu-se estritamente que era uma *Assembleia de trabalhadores* e não de *professores*. Essa decisão não foi uma trova romântica sobre igualdade. Pelo contrário, ajustamo-nos rigorosamente à realidade de qualquer sistema educacional. Todos os que compõem a comunidade escolar, educam. Não apenas os professores, mas também os assistentes da educação, ou seja, os agentes da limpeza, os porteiros, os agentes de segurança. Os pais, os responsáveis ou tutores também educam; e os próprios alunos contribuem ao criarem aprendizagens através da autoeducação. Em outras palavras, planejamos nos projetar em direção a uma comunidade autoeducativa. Foi assim que se pretendeu constituir uma organicidade que incluísse todos os protagonistas comunitários por meio da Assembleia de trabalhadores, estudantes e representantes, órgão que acreditamos ser o mais representativo a ser alcançado no atual regime político de nosso país. Além disso, e

---

<sup>4</sup> Primeiro entre seus iguais. [Nota do tradutor]

Revista Paranaense de Filosofia, v. 1, n. 2, p. 329-346, Jul./Dez., 2021.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná



embora pareça óbvio, outro mecanismo era dar *legitimidade sólida* à organização e aos acordos da Assembleia. Percebemos que após algumas desavenças e deserções, o autonomismo exige total convicção de que o poder está na Assembleia. O que não constitui o desrespeito à soberania das pessoas.

Outro dos instrumentos que tiveram que ser descobertos foram os conceitos de ‘revogabilidade’ e ‘rotatividade’ em cargos e funções. Com o primeiro, garantimos que o poder estivesse sempre na Assembleia, sendo ela a soberana. O segundo foi mais difícil de resolver. Alguns de nós aprendemos e incorporamos a sentença de Marx que aparece no primeiro volume d’O Capital, “um violinista isolado comanda a si mesmo; uma orquestra exige um maestro. Esta função de dirigir, superintender e mediar, assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo”<sup>5</sup>. Estávamos cientes de que em nossa ‘orquestra’ havia excelentes violinistas, com ampla capacidade de ser maestro. Dito ao modo de Gabriela Mistral, “*todos íamos ser rainhas*”<sup>6</sup>. Portanto, se todos tinham as habilidades e direitos de ser o maestro de nossa orquestra educacional, como deveríamos trabalhar para garantir que todos utilizássemos nossas capacidades e exercitássemos nosso direito? Aqui as ferramentas e princípios foram amalgamados. Por definição de princípios, consideramos que [e ainda se sustenta] todos os integrantes, sem diferenciação de gênero e além das experiências individuais podem e devem ocupar os vários cargos e funções da organização. Foi diante desse desafio que implementamos a rotatividade nos cargos e funções. A fórmula era simples: os responsáveis pela direção da orquestra [maestro, gerente técnico e administrador], bem como os vários músicos que a compunham [professores de sala de aula, agentes da convivência escolar, agentes estudantis, agentes da limpeza etc.] não podiam permanecer em seus cargos e funções por mais de dois anos. Logo, eles deveriam assumir outras funções de outras áreas da organização que nos governava. Que riscos eliminamos ao aplicar tais ferramentas e princípios? Quero dizer em alto e bom som: superamos o perigo de que um

---

<sup>5</sup> MARX, Karl. *O capital – Livro I*. Trad. Rerginaldo Santana. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p.379-380. [Nota do tradutor]

<sup>6</sup> Trecho do poema intitulado **Todos íamos a ser rainhas**:

“Todos íamos a ser rainhas  
de quatro reinos sobre o mar:

Rosália com Efigênia

e Lucila com Soledade”. [Nota do tradutor]

Revista Paranaense de Filosofia, v. 1, n. 2, p. 329-346, Jul./Dez., 2021.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná



grupo de poder ou uma elite nascesse dentro do Colégio; que tal elite acabasse sequestrando a soberania da Assembleia e se convertesse em uma crosta burocrática imóvel que cada vez mais acumulasse privilégios. Não esqueçamos que cada um de nós, por mais revolucionário que nos declaremos, carregamos a mochila claro-escuro que Gramsci previu para os tempos de transição, na qual os monstros do passado coabitam com os novos ares do futuro. Devemos estar cientes de que não éramos nem somos os novos homens e mulheres; somos apenas um punhado de seres, que espalhados no espaço, procuramos influenciar a história.

Devo continuar dizendo que, da mesma forma, foi acordado e estabelecido um salário igualitário para fortalecer a democracia na unidade produtiva. Isso implicava que independente da maior ou menor qualificação o valor-hora expresso em dinheiro, de nossa força de trabalho, deveria ser o mesmo para todos. Com essa decisão garantimos a permanência do poder da Assembleia porque, parafraseando novamente a Marx, intuímos que o dinheiro também é uma mercadoria, um objeto material, que pode se tornar propriedade privada de qualquer pessoa<sup>7</sup>. Dessa forma, o poder social se torna o poder privado de um indivíduo. A única coisa que estabelecia uma diferença salarial era o número de horas contratadas. Isso é óbvio, uma vez que a força de trabalho empregada é relativa ao tempo consumido. Agora, é claro, essa condição só se faz possível se retirarmos do nosso imaginário a centenária ‘propriedade privada’, porque a sua existência engendra o capital; isto é, é a entelúquia que tira proveito do trabalho assalariado, uma vez que não pode ser multiplicado, exceto em um contexto que lhe permita causar mais trabalho assalariado para novamente explorá-lo e, desta forma, seguir crescendo como capital. É o que conhecemos como *acumulação* e, com certeza, isso é o oposto de qualquer iniciativa em busca de relações humanas mais justas, fraternas e solidárias.

Todas essas condições foram o resultado de um processo de relações humanas cujo nicho é a vida cotidiana. Reitero que não foi um ato. Pelo contrário, cada definição, cada princípio, cada ideia nascia e incorporava-se no tempo e no espaço. Seus artífices eram cada

---

<sup>7</sup> Diz Marx: “o dinheiro (...), a mercadoria universal, tem ele próprio de existir como mercadoria particular ao lado das outras, uma vez que as mercadorias são medidas não só mentalmente, mas têm de ser trocadas por e convertidas em dinheiro na troca efetiva. (...)”. (MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p.112-113. [Nota do tradutor].



um dos trabalhadores. Essas características do processo permitiram que sentíssemos como sendo nossos os frutos do nosso trabalho. Tínhamos identificação com cada resultado, com cada conquista. Assim, acredito, a alienação do trabalho era lentamente superada.

Após esse período, a Assembleia aprovou a criação de uma Fundação sem fins lucrativos para obter respaldo institucional às nossas reivindicações e superar uma dramática crise financeira. Esta é a atual Fundação Educador Paulo Freire. A ausência de lucro permitiu diminuir, em alguns companheiros, a legítima desconfiança nos instrumentos de gestão que são próprios da institucionalidade. Testificamos que a ausência de lucro permitia que ninguém se apropriasse da mais-valia. Dessa forma, os possíveis excedentes seriam usados para criar uma ‘caixa de resistência’ que permitiria enfrentar contingências. Esta lógica não era de nossa autoria, pois copiamos das primeiras organizações de trabalhadores no Chile. Refiro-me às Organizações Mutualistas e Sociedades de Socorro Mútuo que em meados do século XIX e início do século XX idealizaram e concretizaram mecanismos de ajuda mútua, uma vez que o modelo econômico liberal da época não contemplava nenhum meio de proteção para o trabalhador e sua família. A ajuda recíproca era o caminho para atenuar os efeitos negativos de um acidente, doença ou morte entre os trabalhadores e trabalhadoras. Foi observando aquela experiência que se escolheu criar um fundo com os excedentes que eram produzidos. A memória, com suas marés altas e baixas, estava presente em cada um de nós.

É preciso afirmar que não se tratava apenas de prestar ajuda com o excedente financeiro. Não se tratava apenas de conter as perdas causadas aos companheiros e companheiras. Seria deveras fácil pegar tão somente o dinheiro já arrecadado e sem uso. Mas não se tratava de filantropia. Buscávamos algo muito mais complexo. Tratava-se de aumentar o espírito de solidariedade de classe, porque isto ajuda na coesão daqueles que resistem aos ataques do sistema. Por esse motivo, novamente recorrendo à história e aos saberes populares, diante de um problema de saúde que atingiu o filho de um dos companheiros, foi realizada uma atividade solidária. O que fizemos foi programar as nossas forças e capacidades de trabalho para autogestionar um festival. Conseguimos alianças com vários grupos e bandas alternativas à cultura oficial. Toda a comunidade foi chamada e os motivos do evento foram explicados em cada um de seus detalhes. Devo dizer que o resultado foi exitoso. Obviamente que as nossas referências de ‘êxito’ e das ações propriamente ditas advinham das remotas



reuniões dos trabalhadores chilenos. Novamente, torna-se quase desnecessário reiterar a necessidade de recorrer à *memória histórica* na construção autonomista.

Avançando a outros aspectos, a autonomia exige um suporte material. Aqui a *territorialidade* desempenha um papel decisivo. Ela ajudou e contribuiu para a construção de um senso de identidade e pertença. A territorialidade é o resultado da vontade política do autonomismo em *se apropriar dos espaços*. Não quero ser mal-entendido. A forma de apropriação não se dá exclusivamente por uma ‘ação direta’ sobre a propriedade. Novamente, nenhum caminho é excluído. De fato, a nossa territorialidade é o resultado da combinação entre uma ação direta e um ‘acordo comercial’. Não fizemos nada de diferente daquilo que foi feito por alguns movimentos populares chilenos, que até negociaram com o Estado para obter as suas terras habitáveis. Acho que não me equivoco ao dizer que a história do povo sul-americano é marcada por esse tipo de circunstância. De mais a mais, a territorialidade é obtida, construída e assegurada se houver força física e intelectual para defendê-la. Nisto não podemos nos enganar. Não podemos ser ingênuos. Sempre haverá forças que, para nos tornar invisíveis acabam nos expulsando do território, contando com as forças daqueles que lhes dão a ordem. Portanto, penso que a maneira de resistir e neutralizar essas ações é o que expressei há pouco: que o autonomista, com suas ideias e princípios, esteja *diluído* na comunidade. Será, então, a força da comunidade que enfrentará a repressão física direcionada ao autonomismo. Da mesma forma, juntamente com a força física ou repressiva-jurídica, as criações intelectuais e ideológicas da ordem hegemônica são lançadas contra o projeto autonomista. Estas devem ser respondidas com as nossas próprias criações, com qualidade profissional e intelectual. Por isso os trabalhadores da educação do Colégio se dedicaram ao estudo, à construção de novos conhecimentos. Vários deles, que odiavam a ‘Academia’, refletiram que ela foi sequestrada pelo pensamento dominante. Foi assim que eles decidiram lutar *dentro* dela para colocá-la a serviço dos despossuídos. A propósito, isso não tem sido fácil. Para além das dificuldades de se sentir um animal no curral alheio, as possibilidades de financiamento em cursos de pós-graduação ou de especialização são remotas em nosso país.

Dando continuidade, a territorialidade exige que os projetos autonomistas estabeleçam relações entre si. A solidificação de uma base autonomista é imperativa. Uma estrutura na qual as diferentes expressões de construção autônoma convivam. Arte, ciência popular,



ecologia, esporte, enfim, as múltiplas produções do mundo social dos explorados devem se unir em um único nicho de criações. Claramente com respeito à pluralidade e complexidade de cada uma das organizações. Com tal característica, os laços instituídos tinham e tem como destino a colaboração recíproca e a troca de experiências. Penso que assim contribui-se para o processo de criação de uma *classe para si*. Outro fator inevitável da territorialidade foi [e é] a participação de toda a Assembleia nas lutas sociais e políticas no Chile. Os trabalhadores do Colégio entendem que não podem ficar de fora das lutas nacionais. Eles sabem que essas lutas são múltiplas, mas que cada uma delas visa derrubar um sistema político e econômico indiscutivelmente ilegítimo. Somente este fato, sempre por acordo da Assembleia, nos leva a participar das marchas, paralizações e greves; no entanto, a decisão de quem escolhe uma alternativa diferente é respeitada. Esse é um dos vários cenários em que diferenciamos o autonomismo da *autodeterminação*. Pensamos que o autonomismo não pode e nem deve passar por cima da soberania das pessoas. O poder está em cada um de nós. Nós somos os soberanos de nossas ações e, portanto, nada, nem ninguém pode impor um objetivo. Uma coisa é a persuasão e a sedução política e outra é a imposição. É o que chamo 'ter a sua própria cabeça', isto é, ter a capacidade de decidir com base em nossas próprias convicções. Ser e estar plenamente soberano com o objetivo de ter capacidade para autodeterminar-se, o que significa observar criticamente a realidade que estamos enfrentando. Ter essa habilidade traz um benefício colossal: estimular a *politização* das pessoas e da sociedade.

Como fizemos com que companheiros e companheiras, alguns sem experiências autonomistas, se politizassem? Provavelmente da maneira mais óbvia, mas por sua vez, a mais negada em um ambiente empresarial-capitalista, que era a participação em discussões e tomadas de decisões. Nas reuniões da Assembleia tudo era discutido. Foi colocado [e se coloca] em discussão desde a atribuição dos cargos até a aquisição de materiais didáticos, passando pela definição de conteúdo e atividades na agenda anual da Escola. Além disso, a política de alianças com outras organizações era debatida [e ainda se debate]. Desse modo, cada integrante, cada trabalhador, sente-se dono do seu destino e, o mais importante, entende-se como proprietário e proprietária do fruto do seu trabalho. Ninguém lhes tira o fruto. Ninguém se sente alheio ao que foi produzido. Penso que isso ajuda a reduzir a intensidade do que Marx denunciou como a seiva do capitalismo: a alienação do trabalhador. Claramente se





percebe a equação perfeita entre a riqueza produzida e aquela percebida. Não há mais acumulação de capital. A possibilidade de ter estratificações sociais é afastada. É possível que estas minhas declarações possam ser repetitivas, no entanto, as repetirei mil vezes como se fosse um martelo até esmagar a exploração, ainda que seja pouco.

Por esse motivo, tenho a convicção de que politizando cada vez mais a camada social contribui-se para a fundação de uma *classe para si*. É por isso que acreditamos que nada é mais antidemocrático do que uma sociedade despolitizada, uma sociedade na qual os humanos não vivem permanentemente construindo a coisa pública. Nada mais antidemocrático do que os regimes que instalam uma crosta elitista e burocrática que se sente possuidora da ‘verdade social’; isto é, decidindo o que é certo e benéfico para toda a sociedade. Essa é uma das marcas que caracterizam o autoritarismo e todos sabemos o que aconteceu. Seu colapso foi sucedido por um mercado libertino; e, agora, se vê sob a figura de um cesarismo histórico. Similarmente, também existem aqueles que se abrem a um *aggiornamento* ideológico instalando um mercadismo desenfreado. Fazem isso mantendo as velhas bandeiras na formalidade, mas com o mais severo dos autoritarismos, aumentando ainda mais a despolitização da sociedade. Isto aconteceu em meu país: alterando o papel inerente que o trabalho do cidadão possui, pela atividade desraigada do consumo. Acredito que o consumidor não substitui o cidadão; pode neutralizá-lo, mas apenas temporariamente. Nessas semanas experimentei tudo isso nas avenidas, ruas e bairros do meu país: a toupeira da história veio à tona e fez o sistema tremer. Espero que ela o derrube<sup>8</sup>.

Agora, cabe uma última pergunta: por que há esse desejo de despolitizar? Para construir uma uniformidade social que busque perpetuar a heteronomia autoritária. Por isso, penso que o autonomismo é a própria negação da hegemonização. Dito isto, o respeito à autodeterminação é e foi irrestrito em nosso sistema de Assembleia. Com essa prática, é possível preservar e fortalecer a Assembleia enquanto o principal instrumento do autonomismo. O desrespeito às decisões pessoais [autodeterminação] apenas mina a ‘legitimidade’ da Assembleia, o que enfraquece qualquer expressão organizacional

---

<sup>8</sup> Para uma análise mais detida, indica-se o vídeo “Protestos no Chile [2019]” produzido pelo Colegiado de Filosofia da Universidade Estadual do Paraná *campus* de União da Vitória, com a participação do próprio Prof. Dr. Carlos Sandoval Ambiado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IUGOoB3sNMU> [Nota do tradutor].



democrática. Portanto, como forma de encerrar essa conferência, cabe-me uma pergunta, dentre as muitas que ficarão como pedras no sapato: como construímos essa legitimidade? Penso que é fundamental que o autonomismo não seja apenas um conceito, uma abstração ou que seja usado como um slogan político para enfrentar uma contingência conjuntural. Acredito que o autonomismo deve ser traduzido em ações concretas, específicas e oportunas que melhorem substancialmente as condições de vida das pessoas. Claro, nesta ocasião, refiro-me à experiência que vivi no Colégio como uma organização autônoma e autogestionada. Sabemos que todos estamos expostos a situações onerosas que devemos resolver, mas que por carência material não somos capazes de fazer sozinhos; é neste tipo de situação que a *solidariedade* autonomista se mobiliza.

Dou um exemplo: disse que os excedentes financeiros produzidos pela administração do Colégio não são apropriados por ninguém. Pelo contrário, são destinados a formar a chamada ‘caixa da resistência’. Sabe-se que uma das maneiras de resistir ao sistema e a sua ideologia dominante é fortalecer o próprio conhecimento e, obviamente, esse fortalecimento precisa de apoio material. Isso faz parte da justificativa para complementar o conceito e a prática da já nomeada ‘remuneração igualitária’, ou seja, da conhecida renda equitativa. Isso significa que se um companheiro decidir continuar os seus estudos, ele será total ou parcialmente ajudado com o financiamento. Isso se estende aos companheiros e companheiras que tem filhos. Com isso reflete-se o desejo de nos aproximar, mesmo que ligeiramente, da ideia de “*cada um de acordo com as suas necessidades*”<sup>9</sup>. Como dito, na organização do Colégio Paulo Freire não ficamos nos pautando em soluções individuais. Devo informar que uma iniciativa que envolve toda a organização foi tomada e está sendo implantada. Essa ideia foi contemplada em um ‘Plano Estratégico de Desenvolvimento’ discutido em 2016. Na ocasião, foi proposto o estabelecimento de um Centro de Pesquisa e Divulgação Autonomista<sup>10</sup>. Seu objetivo era e é descobrir – na realidade social – as respostas

---

<sup>9</sup> A expressão “De cada um conforme seus meios, a cada um conforme suas necessidades” tem sua origem no texto **Organisation du travail**, do socialista francês, Louis Blanc em 1839. No entanto a mesma expressão foi dita e redita por diversos pensadores anarquistas, libertários e comunistas ao longo do século XIX e XX. Tem-se na obra marxiana **Crítica ao Programa de Gotha**, de 1875, a expressão: “de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”. [Nota do tradutor]

<sup>10</sup> Trata-se do CRIN (Centro de Reflexión e Investigación de la Fundación Educador Paulo Freire): “El CRIN posee 3 áreas de desarrollo: 1) Investigación y Generación de Conocimiento; 2) Sistematización de procesos y 3) Ejecución de proyectos. Nace el año 2017 desde la necesidad de crear conocimientos desde espacios Revista Paranaense de Filosofía, v. 1, n. 2, p. 329-346, Jul./Dez., 2021.



aos problemas complexos enfrentados pelos empobrecidos de nosso país e sair para debater com outras organizações e instituições, sejam estas Universidades, ONGs, Centrais Sindicais, Estudantis, Populares etc. Com a mesma intensidade com que nos aplicamos às iniciativas apresentadas, também nos preocupamos com a criação de símbolos. Sua utilidade é óbvia, pois estabelece uma estética específica, própria, de identificação e diferenciação dos significados culturais criados pela heteronomia.

Para encerrar, desejo compartilhar uma última experiência. Quando cheguei ao projeto autonomista, ouvindo as sugestões, definições e propostas de atividades lembrei-me de Thomas More e de sua obra intitulada “Utopia”. No final de minha jornada por esse projeto social alternativo, disse a mim mesmo, milhares de vezes, que as utopias são possíveis e que elas são alcançadas se tivermos grandes convicções e vontade de alcançá-las, construindo um Projeto Histórico e um Programa Político que nos permita ir do setorial, do local para o nacional e por que não dizer, ao continental. Por fim, não diria que a autonomia seja um piso ou um teto, mas tenho a convicção de que é a condição principal para uma sociedade justa.

*Muito obrigado.*

---

autónomos, y extra-universitarios, legitimando los saberes de las comunidades escolares y de profesionales de la educación y/o vinculados al mundo escolar”. Disponível: <http://www.colegiopaulofreire.cl/1/index.php/crin/que-es-el-crin> (Consultado em 08/09/2021 às 12:45).